

ENSINANDO A LIBERDADE : A INDEPENDÊNCIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ESTUDOS SOCIAIS EM SERGIPE .

Tauanne Gama¹

Resumo: Este trabalho busca analisar o ensino da Independência na Ditadura Militar a partir dos livros didáticos de Estudos Sociais, com a finalidade de buscar sobre o ensino de História nesse período e assim relacionar como foram repassadas a narrativa histórica e qual a relação do poder do Estado com essas escritas. Esta análise foi feita através dos livros do ensino primário do estado de Sergipe e da relação com obras de ensino de História com a nova historiografia política. Deste modo, entender através das estruturas do livro didático a utilização do discurso do governo para com este tema.

Palavras chaves: livros didáticos; Independência; ensino de História; Estudos sociais; Estado

Resumen: Este trabajo pretende analizar la enseñanza de la Independencia en la Dictadura Militar a partir de los libros de texto de Estudios Sociales, con el objetivo de conocer la enseñanza de la Historia en este período y así relacionar cómo se transmitía el relato histórico y cuál era la relación del poder del Estado con estos escritos. Este análisis se llevó a cabo a través de los libros de texto de la escuela primaria en el estado de Sergipe y la relación entre la enseñanza de la historia y la nueva historiografía política. De este modo, podemos comprender a través de las estructuras del libro de texto la utilización del discurso gubernamental sobre este tema.

Palabras clave: Libros didáticos; Independencia; Enseñanza de la historia; Estudios sociales; Estado.

Introdução

A Ditadura militar brasileira iniciou em 1964 após um golpe civil militar e crises políticas e sociais. Assim, militares assumem o Estado, como forma provisória, porém com o passar dos anos continuam cada vez mais estabelecidos com ministérios, comissões e leis que regulamentam seu poder. Entre as mudanças promovidas nesse período podemos citar as da educação, com a implementação de disciplinas com o objetivo de estabelecer um nacionalismo, ao mesmo tempo que se combatiam as correntes de esquerda.

As Leis que surgiram para o meio educacional começam ainda em 1968, com transformações graduais e tentativas de estimular o culto a Pátria e se regulariza em 1969 com Decretos-Leis e em 1971 com a LDB; Deste modo nasce a matéria Estudos Sociais para o ensino primário, a fim de diminuir a quantidade de professores, já que abrangia diversos estudos em

¹ Graduanda em História. E-mail: tamiranda00.tm@gmail.com

um só, com diminuição de carga horária e continuar as reformas com bases no ideais do novo regime e assim inserir no currículo temas de civismo, geografia, história em uma só disciplina. Para consolidar essas mudanças também se fez necessário a reformulação do principal material de apoio, os livros didáticos.

A educação brasileira estava em crescente desde 1950, com as mudanças ocorridas para atender as necessidades do período. Assim também ocorreu em 1960, em que se vivia um regime ditatorial e tentativas de desenvolvimento, além da presença nacionalista e nesse contexto, o ensino se torna obrigatório, visto com importância social e se estende a outras camadas da população, em contraposição, esse mesmo governo cria leis que interferem nas cargas horárias de disciplinas, no ambiente universitário e nas formações dos professores. e são esses acontecimentos na educação que serão analisados neste artigo as diretrizes do ensino de história e seus livros didáticos.

Ao analisar livros didáticos do ano de 1973, da disciplina de Estudos sociais em Sergipe, do ensino primário, a estrutura desse material ao explicar os assuntos, objetivando conhecer sobre imagem, a pouca discussão sobre o assunto, mesmo que seja algo relevante para essa busca dos militares de heroísmo e culto à pátria, como a Independência do Brasil. Sendo retratado um contexto pequeno do ano do acontecimento, a imagem do então Imperador e atividades de memorização sobre datas, a história mais factual. Assim como estabelecia a lei de 1971 e percebe que a nova história política ainda não era presente e que mesmo com mudanças, só depois da redemocratização e após padronizar os currículos escolares do país que o livro didático sofre alterações desse modo.

Para a análise desses livros didáticos no ensino de história, esse artigo segue ideias das autoras Circe Bittencourt e Selva Guimarães, em que trazem as principais leis e decretos que organizaram através das disciplinas de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica esse ensino durante o período militar, além de textos em que trata da perspectiva do ensino sobre a independência do Brasil e assim relaciona ao período delimitado aqui, a Ditadura civil-militar, em especial após a criação dos livros de Estudos Sociais.

A verificação dessas fontes se faz necessária para um entendimento sobre a construção dos livros e o papel da nova disciplina para o contexto político- social a qual foi inserido, para isso utiliza do entendimento sobre a historiografia que nesse momento também estava mudando com influências iluministas na Europa, mas que no Brasil aconteceu posterior e na educação básica ainda levou maior tempo, devido às diferenças entre o meio acadêmico e a sala de aula, além dos interesses em continuar com a “História tradicional”.

Para completar a pesquisa foram utilizados os livros didáticos presentes na educação de Sergipe, escrita por Acrísio Torres de Araújo², que como era comum durante essa época no Brasil, não era um historiador, mas uma pessoa com conhecimento sobre determinado assunto que escrevia esses materiais e depois eram usados nas salas de aulas. As obras são: “Sergipe e o Brasil” e “História de Sergipe” (Araújo,1973), em que apresenta o assunto da Independência do Brasil e de Sergipe, no segundo livro, de forma resumida ligada ao heroísmo e destaque para a figura célebre e sem contextualizar.

Este trabalho foi realizado através da interpretação das fontes utilizadas, sendo estas os livros do professor Acrísio Araújo e as leis e diretrizes responsáveis pelas mudanças da educação na Ditadura Militar, principalmente do período em que mostram as leis presentes no ensino de 1973, ano de publicação dos livros sergipanos analisados.

Ensino da História Sergipana através das escritas de Acrísio Torres de Araujo.

Os livros didáticos analisados “Sergipe e o Brasil” e “História de Sergipe” são da área de estudos sociais para o ensino primário do estado de Sergipe, durante a ditadura civil-militar do Brasil. Foram escritos em 1973, após a lei 5692/71 que regulamentou a matéria de estudos sociais nos ensinos primário e secundário em todo o território nacional, depois da diminuição de carga horária das ciências Humanas para implantação das matérias técnicas.

A primeira obra “Sergipe e do Brasil” é dividida em duas partes, sendo uma para geografia e outra para História e assim apresenta assuntos “importantes” do estado e do país. Os alunos para que tenham conhecimento e forma de comparar os acontecimentos dos dois locais, conforme cita o autor no início “terá a oportunidade de comparar o seu pequenino estado ao país-continente a que pertences.”(Araújo,1973,p.7). Os temas de geografia são baseados nessa disciplina como espaço, território, assim, como nos primeiros livros didáticos do Brasil de Abreu e Lima³

A parte a ser estudada aqui é denominada “História do Brasil- História de Sergipe”, em que o autor mescla fatos da Colônia, mais Império e período republicano. Se inicia com o

² O autor dos livros era um erudito cearense formado em Direito e que escrevia sobre diversos assuntos, assim recebendo título de historiador e filósofo. Foi assim que o professor Acrísio Araújo produziu livros para apresentar a História de Sergipe, de forma enxuta e didática.

³ Na dissertação a historiadora Circe Bittencourt ao explicar a criação dos livros didáticos no Brasil, cita a importância que Abreu e Lima atribuía à geografia, pois os cidadãos tinham que conhecer o seu território. BITTENCOURT, Circe. Livro didático e conhecimento histórico: uma História do saber escolar. Dissertação. USP, 1993

Descobrimiento do Brasil e específica à figura de Cabral, depois trata dos costumes dos índios, segue para governadores gerais, invasão francesa e holandesa - sendo a última no estado de Sergipe, o retorno de D. João VI a Portugal.

O capítulo sobre a Independência do Brasil assim como os outros, são resumidos, sem a presença de uma contextualização, com apenas uma imagem, que nesse caso é um desenho de D. Pedro I e no final, o exercício que trabalha o processo de memorização de nomes e datas, como é comum na História tradicional. O autor cita a revolta de Portugal, pelo príncipe ter continuado na colônia e depois o dia denominado "Dia do Fico", a importância de nomes como José Bonifácio e princesa Leopoldina e o momento da independência, com a frase "Independência ou morte" e sua data, algo que também é explicado nos textos sobre o modo que esse assunto é apresentado nos livros didáticos, pelo menos nas produções até os anos 1980, como explica Fonseca no Dicionário da Independência do Brasil,

Até os anos 1980, as narrativas presentes no ensino de História por meio dos livros didáticos incluíam a destacada participação de alguns personagens na trama que antecedeu a proclamação do Sete de Setembro. José Bonifácio de Andrada e Silva e a princesa Leopoldina apareciam como aliados importantes dos chamados “patriotas” na causa da emancipação [...] (2022,p.346).

No capítulo denominado “Independência. D. Pedro I” nos mostra que mesmo sendo um manual do período de 1970, ele ainda continua com diversas características que eram comuns dos primeiros compêndios e nesse tópico é possível constatar pelo modo em que as ilustrações eram utilizadas, pois há apenas uma imagem do Imperador, apresentada de forma simples em preto e branco, no final da página, como forma de destacar a figura daquele evento. Essa foi uma prática pedagógica empregada nesses materiais, como explica Circe Bittencourt na sua tese de doutoramento ao analisar os livros didáticos

No início do século, as ilustrações foram acrescidas de fotografias, mas para os livros de História predominaram as gravuras retratando “ilustres personagens históricos”. os retratos testemunharam e reforçaram uma visão de História baseada na ação política de indivíduos mas expressavam também uma limitação técnica [...] (1993, p. 306)

O livro é também referente a história regional, pois absorve informações sobre o movimento político na província, até porque foi em 1822 também que ocorreu a emancipação sergipana, mas apenas citando o fato da participação e novamente apresentando nomes que deveria ser destacados, no caso, militares e pessoas ligadas ao regime.

A terceira reflexão é acerca da finalização do texto, que segue uma ordem em todos os capítulos escritos neste livro e na grande maioria dos materiais didáticos brasileiros até a década de 1990, que são as atividades no final, como forma de examinar o conhecimento do aluno sobre o tema explicado, sendo perguntados datas e nomes apresentados anteriormente.

No segundo livro, do mesmo autor e também da área de Estudos Sociais para 3 série do ensino primário e segue as leis educacionais do Conselho do Estado de 1966. pode-se verificar que é tratado em poucas páginas e com assuntos de forma breve, sendo dividido em seis capítulos por meio de periodização política: colonial, império e república, com os últimos mais ligados ao governos específicos existentes em Sergipe e com o mesmo formato de resumo sobre o assunto acrescido de exercício de memorização no final.

O tópico fala sobre a Independência de Sergipe, em que apresenta o ensino de história por base da história política “tradicional”, em que traz como o último assunto de Sergipe-capitania e que as escolhas do autor sobre esse tema, pois como é algo resumido se faz necessário selecionar, estando presente os nomes de figuras célebres do evento, como o tenente-coronel Carlos César Burlamaque, José Mateus Leite Sampaio, o coronel Barros Pimentel. Sem adentrar nas lutas e todo o processo de emancipação, porque normalmente esses temas quando presentes nos livros didáticos seguiam o modelo de representação como evento comemorativo e não como algo sócio-político é o caso também da Independência do Brasil, como no verbete sobre Ensino de História da Independência do Brasil, em que Fonseca ao debater a construção desse assunto nos livros, ainda no Império, há uma sequência de fatos, destaque para a data, para a decisão do príncipe regente em permanecer no país e assim apresenta de forma pacífica e sem as revoltas e decisões políticas que houve no processo.

Ademais, outra observação quanto a escolha de assuntos por Araújo, se dá na citação desse processo de independência sergipana, mas com a presença apenas das cidades de São Cristóvão e de Laranjeiras, que se torna capital do estado após uma decisão de Barros Pimentel. Ou seja, o autor resume o processo de independência do estado a apenas as duas cidades que no momento estavam em maior enfoque, mesmo sendo algo mais abrangente e que aconteceu em várias cidades sergipanas, sem citar os conflitos ocorridos nas fronteiras com os estados de Alagoas e Bahia e a participação do general francês Pedro Labatut.

Ao analisar estes dois livros presentes nas escolas sergipanas e escrita por um professor que não era historiador por formação, além do demais textos sobre ensino de história, a narrativa sobre a Independência e os materiais da nova disciplina de Estudos Sociais, que surgiu após a lei 5692/71 percebe-se a influência da história política metódica ⁴nos escritos, mesmo que esse

⁴ O historiador, Francisco Falcon caracteriza a escola historiográfica metódica ou positivista- termo utilizado pelas Ciências Sociais-, que começa a partir de 1870 influenciada pelos valores do cientismo e se torna hegemônica durante três décadas. Seus métodos tinham o objetivo de garantir a cientificidade dos fatos e diferenciar as narrativas históricas, da ficção literária. Essa historiografia, segundo o autor, ajudou na afirmação da História Política.

período seja de declínio em alguns países europeus, mas que no Brasil só ocorre final da década de 1980 para início dos anos 1990, principalmente para o grande público, isso se deve também ao contexto vivido com o regime militar, que com a censura, as restrições, não aceitavam com as novas correntes presentes, como o marxismo e deste modo, cresciam as disparidades entre os conhecimentos nas academias e nas escolas.

Outro ponto presente na análise do material escolar sergipano é quanto à narrativa histórica. Pois era narrado de forma descritiva, com detalhamento de personagens, datas e um personagem em evidência, mas sem problematizações que promovessem um debate sobre o tema. A escrita é contínua e que seguia uma temporalidade, sem rupturas para aquele movimento, sendo colocada como uma certeza, por isso a Independência é vista como um evento, de acordo com a sua construção ao decorrer da História do Brasil e não como uma sequência de mudanças políticas e sociais. Os recursos didáticos também chamam atenção e comuns a todos os materiais selecionados foi algo produzido depois da década 1930, com o objetivo de atrair as crianças, como o caso da iconografia ou facilitar o processo de memorização com as atividades no final do livro.

Ao estudar sobre o ensino de História se repara nos seus contextos, formas e tradições. Algumas dessas construções não fazem parte do estudo de história mais contemporâneo e outras que ainda estão presentes ou que sofreram pequenas modificações ao passar dos anos. Então, mesmo não sendo o assunto estudado nesse artigo, ele se relaciona e é importante para essa análise, pois o conhecimento começa no Brasil por meio da catequização jesuítica, em que tinha a base da oralização, do método de decorar, método esse que vai ser utilizado nos locais de ensino, não apenas para a religião, mas também para outras áreas. Depois, os materiais didáticos com os exercícios ao fim da explanação; os meios de utilização da imagem para ajudar na aprendizagem, principalmente das crianças. No caso aqui estudado, apenas um dos livros de Acrísio Torres utiliza desse recurso e sem nenhuma informação complementar; mesmo assim, representa o destaque que o autor quer passar aos alunos, por isso, há um desenho de D. Pedro I com a finalidade de apresentar o personagem dessa narrativa histórica.

A memorização era considerada importante no processo do ensino como relata Bittencourt

Esta concepção de aprendizado fundamentada no desenvolvimento da capacidade do aluno em memorizar não foi ignorado pela obra didática. a memorização era um pressuposto básico para a aprendizagem e o “saber de cor” se impunha como método de ensino que os autores buscavam incentivar (1997, p.311)

Ela enfatiza como qualquer outro recurso pedagógico, pode ser aplicada para determinados interesses ideológicos. Deste modo, o processo de memorização tem o objetivo de não provocar reflexões nos estudantes, pois eles apenas decoram sobre o tema passado e da maneira que lhe são repassados, sendo os “eventos” que constitui a história e apresenta uma identidade para o Estado.

Ao estudar atualmente sobre o processo de Independência do Brasil é comum a apresentação com mais informações e não centrado em D. Pedro I e sua Corte. Pois, entende o acontecimento em setembro de 1822 como consequência de uma série de movimentos, revoltas ocorridas em toda a colônia e para muitos historiadores isso se inicia após a vinda da Família real em 1808 e todas as transformações do Brasil após esse período. Então, não é colocada apenas como data cívica e sim como resultado de uma sequência de fatos e com diversos nomes e com acontecimentos diferentes nas diferentes regiões.

No livro História e Ensino de História, a autora dialoga sobre a História do Brasil, D. Pedro I seja um dos personagens com maior exaltação patriótica, sendo superado apenas por Tiradentes⁵ E isso começa no início do Império, quando se busca entender o Brasil como uma nação independente e para isso, procura símbolos que a representam e constroem uma identidade nacional e vê na História uma forma de trazer e difundir essa narrativa,

A afirmação das identidades nacionais e legitimação dos poderes políticos fizeram com que a História ocupasse posição central no conjunto de disciplinas escolares, pois cabia-lhe apresentar às crianças e aos jovens passado glorioso da nação e os feitos dos grandes vultos da pátria. Esses eram o objetivos da Historiografia comprometida com o Estado e sua produção alcançava os bancos das escolas por meio dos programas oficiais e dos livros didáticos, elaborados sob estreito controle dos detentores do poder” (2006, p. 24)

Considerado uma das figuras célebres e que passaria de regente para Imperador e formador da Nação após o movimento de Sete de Setembro, em que é criado a partir de datas que depois se tornaram comemorativas e representam a importância do Brasil para D. Pedro I, como é o caso do “Dia do Fico”. Essas tentativas de uma identidade nacional foi possível, devido ao apoio do Estado a mudanças na educação e na criação desse fatos, através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que com apoio de alguns eruditos da época escreveram essa história que depois difundiu por meio da nova disciplina escolar de História do Brasil e do Colégio D. Pedro II que seguia o currículo com base nas produções do IHGB.

⁵ O livro tem um tópico específico para apresentar como a construção da representação de Tiradentes como herói nacional surgiu, no período republicano e como ele se consolidou ao longo dos governos e a criação do feriado nacional. FONSECA, Thaís Nívia. História e Ensino de História de Lima e. História e Ensino de História. 2.ed, 1 reimp.- Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Dualidade da formação: declínio escolar e surgimento editorial

As primeiras produções sobre uma história nacional, mesmo algumas partes dessas sendo escritas por estrangeiros e com uma visão europeia (Fonseca, 2006) tiveram o objetivo alcançado e foram criados símbolos patrióticos, sendo a figura de D. Pedro I o principal, se tornando um fato histórico que iniciou ainda no século XIX, que foi construído e utilizado ao passar do tempo, de acordo com os interesses de quem estava no poder. No início da República essa ideia da Independência centrada no personagem do primeiro imperador foi retirada e retorna essa utilização da Emancipação como movimento cívico e com herói, durante a Era Vargas que novamente traz a ideia de busca por um nacionalismo e pela necessidade do estudo dos elementos da pátria, dos valores e com o apoio do ensino de História e a utilização dos materiais didáticos.

Ao analisar o processo da Independência com base nas produções didáticas e historiográficas percebe a influência da narrativa criada com base nos interesses de D. Pedro “[...] A exaltação ao primeiro imperador do Brasil, envolvendo o ensino de História e a comemoração cívica, sustentava-se na ideia da unidade nacional, cuja construção ele teria iniciado” (Fonseca, 2006, p. 88) e seus apoiadores e a permanência disso devido a novas estratégias usadas por governos nacionalistas, como Vargas que uniu essas questões de datas e fatos comuns da história tradicional com o cotidiano, assim nasce as festas cívicas com a participação dos estudantes e depois comum a cultura da sociedade brasileira.

A política do Brasil é marcada por elites, militares e autoritarismo, sendo assim comum a esses a importância aos estudos cívicos e morais, para a conservação do poder e dos valores expostos por ele, desse modo, a necessidade de reformulações como as já explicadas neste artigo. Também a promulgação de leis para o culto aos símbolos nacionais- a Bandeira nacional, o Selo, as Armas e o Hino nacional-, a lei 5700/71 criada na Ditadura militar. E por mais que o tenha a relação de poder do Estado a predominância desse nacionalismo se deve a sociedade brasileira, como Thais Fonseca afirma no trecho apresentado abaixo. e por esse motivo, as mudanças ocorridas na produção historiográfica só consegue chegar no ensino de História após os anos 1980.⁶

⁶ A partir dos anos 1980 cresce a ideia de democracia no Brasil, sendo o fim da Ditadura civil-militar apenas em 1985, mas antes disso quando os estados começam a ter mais controle sob os currículos algumas mudanças foram feitas, como é o caso da disciplina de Estudos Sociais que se torna de metodologia ativa para ajudar na interdisciplinaridade, como é o caso do Paraná (VIANA, 2014) . Nesse momento, o programa educacional de Minas Gerais se torna modelo, até mesmo para a produção dos livros didáticos. As mudanças na educação são regulamentadas na Constituição Federal de 1888 e com a nova LDB desse mesmo ano.

A tarefa de fazer do ensino de História instrumento de legitimação de poderes e de formação de indivíduo adaptados à ordem social não poderia se resumir, no entanto, a imposição de uma abordagem da História que privilegiasse o Estado e a ação dos “grandes homens” como constituidora da identidade nacional. A imposição poderia até ocorrer, mas ao tratar de valores e de comportamentos ideais, não poderia deixar de haver certa sintonia destes com o universo cultural mais geral, do qual fazem parte a educação e os sujeitos nela envolvidos. Isso significa, por exemplo, que ao valorizar certo tipo de ação heroica e abnegada de alguns personagens da História como modelos de conduta moral e patriótica, o ensino de História, a par do que fazia a historiografia, trabalhava com noções e valores caros à formação cultural brasileira. (2006, p. 71)

A história como disciplina escolar no Brasil é marcada pela hegemonia da história política e no período analisado aqui, mesmo sendo o começo de novas correntes historiográficas ainda era representada através dos materiais didáticos, das leis, por meio das biografias de figuras célebres, de possíveis feitos e de forma factual seguindo o historicismo, principalmente no ensino primário. Isso se deve a questão da sociedade brasileira ainda está constituída segundo as ideias cristãs, deste modo, os militares utilizaram da importância dos estudos cívicos, morais, além de patriótico para continuar esse processo que começa a declinar na década de 1980, em que se tem a redemocratização e a historiografia brasileira se consolida e apresenta novos objetos e temas ligados à população em geral.

No caso da Independência do Brasil, por mais que seja frequente a explicação por base da história factual, com datas e destaque para possíveis heróis, ao decorrer do tempo houve algumas alterações, sendo apresentada o contexto, as consequências, os desdobramentos no território colonial inserindo e substituindo determinados nomes, ou seja, algo mais amplo que permita reflexões para o leitor, analisar por meio da História-problema⁷, até mesmo nas produções de história escolar.

O ensino de história os diversos caminhos percorridos pela sociedade, seja o período em que a dominação política se explicita com bases nas escritas encomendadas por uma elite, como forma de repassar a hegemonia e justificar seu poder, seja de modo que represente a centralização de um governo ou até mesmo a sua humanização. Ao analisar as narrativas da História do Brasil, a autora Circe Bittencourt na obra “O Saber histórico na sala de aula” fornece a personificação do sujeito, em que tentam criar uma identidade mais humanizada. Sobre isso, no Dicionário da Independência do Brasil, a historiadora Thais Fonseca, relata sobre essa criação identitária de pacífico de D. Pedro I, isso no princípio da educação brasileira, quando

⁷ Termo criado pelo historiador francês, Marc Bloch, para a necessidade de uma história não apenas narrada, mas também verificada através das fontes, com intuito de uma comprovação dos fatos e desenvolver um pensamento crítico. Essa ideia foi elaborada no seu livro da escola dos Annales, de “Apologia da história ou Ofício do Historiador”.

surgem as primeiras escolas, livros em que o movimento que teve fim no dia Sete de Setembro é representado como a situação de permanência e escolha de continuar pelo Brasil.

A narrativa construída no início do Império e que serviu como base para o ensino de história e as disciplinas que utilizavam da História, teve uma ascensão durante o Segundo Reinado com a criação de escolas, do IHGB e depois se espalhou nos livros didáticos, sendo retirado as revoltas que abalaram a colônia, as disputas de interesses entre portugueses e brasileiros e isso foi comum depois na década de 1930, quando o ensino de história retornar a apresentar D. Pedro como herói nacional e torna a Independência em data comemorativa sendo utilizada com frequência esse tipo de história nos livros analisados, que datam ser posterior a leis de ensino do Governo militar.

Relata-se o uso dos materiais didáticos e seus recursos para a propagação da identidade nacional de acordo com o Estado e sua presença após o regime militar de 1964, com vários decretos e leis que auxiliaram essa história tradicional e as questões da Pátria, principalmente no fim da década de 60 e início dos anos 70. Como por exemplo o decreto-lei n. 68.065/71, Lei Nº5.540/68 e a lei 5692/71 já citada nesse artigo que estabelece o funcionamento de Estudos sociais, mas também essa mudança foi importante não apenas pela “nova” disciplina, pois esta já existia desde da década de 30, só foi reformulada e sim pela transformação na parte técnica, na formação dos professores e assim, em todos estágios do ensino, como a Fonseca analisa a história nas escolas durante a ditadura

Após 1964 o ensino de História aprofundou essa concepção, combinada com medidas de restrições à formação e a atuação dos professores e com uma redefinição dos objetivos da educação, sob a ótica da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, no sentido de exercer o controle ideológico e eliminar qualquer possibilidade de resistência ao regime autoritário. (2006, p. 56).

Para que conseguisse disseminar o nacionalismo e evitar ideologias contrárias ao governo era necessário não apenas censurar e restringir o ambiente das universidades, mas também fazer outras mudanças na formação dos futuros professores. Deste modo, no período conhecido como “Anos de chumbo”⁸ Foi decretada cursos de curta duração, com a finalidade de atender o mercado de trabalho, além de informações conforme as diretrizes do regime. Depois das leis de 1971 foi utilizado para cursos de história, além da criação para Estudos sociais e a obrigatoriedade dessa matéria no ensino primário- período dos livros utilizados para esta análise. Com isso, afasta o pensamento crítico que começa a chegar nas academias de Ciências Humanas e continua a história factual e junto com a Geografia.

⁸ No Brasil, é o período mais pesado da ditadura civil-militar que se inicia após o AI-5

Com as mudanças na educação por parte dos aparelhos do Estado, a diferença existente no sistema educacional das regiões, devido aos objetivos impostos pelas reformas anteriores e a falta de um currículo comum, além dos projetos da Ditadura como as leis citadas neste texto, cresce a produção dos livros, o incentivo a esse mercado, mesmo que sua ascensão seja após os anos 1980. Pois, o Estado via esses materiais como solução para os problemas existentes nas escolas e desempenhou bem esse papel, contudo, ocasionou problemas para o ensino, visto que a formação profissional enfraqueceu, os livros didáticos nas escolas brasileiras seriam não apenas forma de reproduzir a ideologia do regime, como já mencionado anteriormente, mas também para que não se percebesse a problemática atrás da precariedade educacional no período de “desenvolvimento” do país. Essa utilização se torna comum, como analisa Décio Gatti no livro *A escrita escolar da História livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)* “[...] uma tendência nacional, gestada em meados da década de 1970, de tomar o livro didático como um paliativo para as dificuldades postas pela realidade educacional brasileira, especialmente para a problemática da qualidade e das condições do trabalho docente.” (Gatti Júnior, 2004. p. 159)

Sobre o incentivo às produções de livro didático, com o objetivo de melhorar o sistema educacional e para atender o mercado de trabalho do período em questão, começa a crescer os acordos do Estado com as editoras e isso tem ligação também com as parcerias entre o Brasil e Estados Unidos a partir de 1964, auxiliando no aumento de produção e surgimento da indústria editorial brasileira, devido ao capital financeiro investido em troca de que estudiosos norte-americanos tivessem acesso ao ensino brasileiro e depois relataria suas impressões e possíveis mudanças.

O acordo feito entre o Estados Unidos e o Brasil, ficou conhecido como MEC/USAID e foi assinado em 1964, onde o governo brasileiro que desde da década de 1950 estava em busca de desenvolvimento viu a oportunidade em um acordo com a agência norte-americana para se desenvolver. Ao longo da década de 60 foram doze acordos, sendo sua maioria ligada à educação, a fim de que essa área se alinhasse ao contexto de modernização do país. Mesmo sendo ideias de reformas para todas as fases do ensino, ela se torna de conhecimento da população, por causa da Reforma Universitária de 1968.

Além de mudanças na estrutura, a partir de 1980 se expande e passa de uma produção manual para a indústria editorial, os livros analisados aqui ainda se inserem em na primeira opção, como a maioria dos da década de 70- já que mesmo que tenha sido utilizado a partir de 1930, mas sua popularização ocorreu já no período militar, devido aos motivos citados aqui-

com produção artesanal, sem preocupações com fontes, o uso da iconografia ainda limitado e apenas como ilustração de acordo com a análise de Bittencourt (2004), sendo assim, a produção desse período pode ser definida como “ O movimento editorial revela-se ainda muito comprometido com a divulgação, na qual prepondera a tradicional tendência que concebe a história do Brasil como uma história essencialmente política” (Falcon, 1997, p. 86).

Por mais que já existissem leis que exija a formação dos professores e maior capacitação destes para o ensino de disciplinas específicas, como a Lei 5.692/71 que determina o ensino profissional obrigatório, ainda não era uma realidade de todo o país, sendo em muitos locais em os profissionais que lecionavam era apenas letrado ou com cursos de curta duração. Em Sergipe, a educação sofreu diversos problemas referentes a consolidação da escolas e frequência dos alunos sendo feitas diversos tentativas de projetos para alcançar melhores resultados, porém muitos não estavam de acordo com a realidade local e só muda um pouco esse quadro após a República ⁹. No período do livro de Acrísio Araújo aqui analisados, já havia um crescimento na educação, mas ainda possui atrasos, sendo apresentados aos estudantes do ensino primário, por meio dos livros, apenas nomes de políticos da história sergipana, muitas vezes da capital, as questões geográficas e as datas “importantes” para a região e essa produção elaborada por editoras de outro Estado.

Portanto, a questão das análises das mudanças feitas no governo militar é importante para a sociedade atual e não precisa apenas das diretrizes e leis, mas do instrumento de apoio das aulas, porque a partir do livro didático se entende como o ensino é utilizado como forma de política e que é o retrato dos ideais do Estado que estavam na lei de 1971, além de toda a construção desse saber ao decorrer do ensino de história, com ênfase no estudo sergipano, pois a obras didática utilizadas são para educação regional, pois ainda não se havia um currículo uniforme, mesmo que alguns assuntos, como é o caso da Independência fosse difundido em todo território nacional.

O uso da Historiografia e os livros didáticos sergipanos

Atualmente, com o crescimento das pesquisas, a consolidação das Academias, a temática de Independência de Sergipe possui mais informações e com diversas perspectivas, portanto, facilita a questão do ensino de História. Ao contrário do final da década de 60 e início

⁹ Explicações sobre a Educação Sergipe, com base no livro História da Educação em Sergipe, da professora Maria Thetis Nunes. Mesmo a obra em questão não apresentando sobre o período analisado no artigo, o Regime militar, mas abrange dados sobre a educação sergipana que nos ajuda a entender as disparidades entre os estados brasileiros e o contexto para o conhecimento escolar e assim, para o ensino de História. NUNES, Maria Thetis. História da educação em Sergipe. 2. ed. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2008. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 373p.

da década de 70, em que no Brasil o período mais estudado ainda era o Brasil Colônia (Falcon, 1997, p. 83). Sendo assim, há maiores possibilidades de estudos apresentando não apenas o nome da Junta Governativa, o Decreto assinado por D. João VI e resumido na data de 8 de julho de 1822. Além de que esses conhecimentos são mais acessíveis, devido aos novos referenciais didáticos, que os apresentam para todos os públicos interessados.

Neste estudo não se analisa livros didáticos mais recentes, mas a escrita historiográfica já presente nos anos 70 relacionando com essas fontes, para comparar as mudanças ocorridas, inclusive da narrativa histórica escolhida e fazer relação entre as obras e as mudanças ocorridas e assim analisar a hegemonia de corrente. A História Política, principalmente quando se refere ao poder, como é o caso da Ditadura Militar e também do assunto “Independência”, por isso é tão importante investigar sobre o processo do ensino de História desde início e que coincidentemente transforma a partir da emancipação e do Império.

O ensino de História estudado aqui através do livros de Estudos sociais e das obras historiográficas nos remete relação da História com o poder, em que durante períodos do Brasil ele acaba prevalecendo e assim, pode ser percebido nas principais formas de divulgação, nesse caso, nos livros didáticos de Sergipe do ensino primário de maneira explícita ou por traz de elementos como a iconografia, as fontes ou até a forma de escrever e a historiografia utilizada para a narrativa.

A hegemonia dessa história política ou tradicional que se relaciona diretamente com a perpetuação do poder, enquanto cria nuances contraditórias já que esses governos incentivam a educação ao mesmo tempo que a censuram. Foi o caso da historiografia brasileira nos anos 60, em que com a consolidação das universidades e surgimento dos programas de pós-graduação estimula a ideia de possíveis renovações, que acaba não acontecendo no campo acadêmico naquele momento. Na disciplina de história do ensino básico e isso se deve também será difícil no ensino superior, até mesmo por causa do exílio de alguns intelectuais.

O afastamento do mundo acadêmico para o ensino básico e grande público existe até hoje, devido ao acesso à educação, entre outros fatores socioeconômicos, mas também nesse período se deu a diferenças em pensamentos e ideologias, não só em relação ao Estado, mas a sociedade em geral. Com a chegada dos conhecimento de outros centros acadêmicos, onde o contexto político, social era outro- assim não fazendo mais sentido a explicação da História apenas por meio factual e positivista. Entretanto, no Brasil ainda não fazia possível a utilização da nova História, até porque a corrente marxista foi repreendida por causa do cunho ideológico.

Então a diferença da historiografia brasileira dos anos 70 para a disciplina- escolar não é o atraso da educação superior e sim, todo o contexto social envolvido “ A partir de 1970, embora se mantivesse o apoio ideológico e repressivo do Estado à versão oficial, houve a progressiva contestação a esta história a partir de diversos lugares, a começar por algumas universidades, mas não só.”(Falcon,1997, P.90).

Sobre a retratação da diferença existente nos conhecimentos das faculdades para o ensino básico e até da produção do material didática utilizado em Sergipe , o autor Augusto Oliveira relata as críticas recebidas por Acrísio Araújo após as produções do livros de “História de Sergipe”, por ser algo resumido e sem criticidade. Na dissertação, o pesquisador apresenta até a opinião da professora Maria Thétis Nunes¹⁰ quanto a escrita de Araújo no livro “Sergipe e Brasil” e depois, a resposta do erudito que mostra a diferença dos profissionais da área, como Thetis e dele, um estudioso dos assuntos, mas sem formação em História.

Nesse debate, a resposta de Araújo evidenciava as diferenças de uma disputa de campo, por um lado, com a intelectual ligada à Universidade Federal de Sergipe, ex-professora do Colégio Estadual, atual Atheneu Sergipense, professora formada em História e Geografia na Bahia, que tinha o respeito da comunidade há décadas, no ofício de escrever, estudar e ensinar a História de Sergipe. Do outro lado, estava um bacharel em direito, vindo de outras paragens, com o topete de escrever a história sergipana de forma didática, ausente, de acordo com vários depoimentos e estudos, das salas de aulas das escolas de Sergipe. (OLIVEIRA FILHO, 2014, P. 64)

As contestações que se iniciaram no Brasil no final dos anos 60, só começam a ter apoio e fazer sentido após os anos 80 com o processo de redemocratização, o entendimento de uma nova ideia de história, com pensamento crítico e que isso seja colocado nos livros didáticos. Além da importância de que os alunos tenham conhecimento das fontes para que assim adquira reflexões e é com esse processo da inserção da nova história, de temas sociais e mais próximos do cotidiano, além de trazer nomes que fazem parte da História do Brasil. Essas transformações ocorreram após o período dos livros e leis estudadas aqui, que a partir disso começa até programas e currículo unificado, entende-se os estudos sociais como uma disciplina de metodologia ativa e as editoras em busca de vendas reinventam os materiais didáticos.

Deste modo, a educação percorre diversos caminhos ao decorrer dos anos, no caso do ensino de história e a historiografia se viu em busca a fim de explicar determinados acontecimentos, mesmo que os conhecimentos ainda não estivessem sincronizados. A busca por transformações que se adequasse ao período e com isso dialoga aqui a consolidação da

¹⁰ Maria Thetis Nunes era formada em História e Geografia pela Faculdade da Bahia, publicou diversos trabalhos. Pesquisadora do IHGB e professora da Faculdade de Filosofia da UFS.

historiografia na Europa, com o tempo que se analisa o ensino de História por base dos livros de Araújo. Desse modo, a inovação na historiografia brasileira que começa no final da década de 70 para início de 80 quase que simultâneo à “explosão” da indústria editorial e assim também se vê obrigada a mudanças em diversas áreas. Na questão do ensino de história os currículos, programas se adequaram para história mais crítica, social e a corrente marxista domina a escrita, mas foi depois do período analisado, os livros fontes desse trabalho ainda consta da história tradicional e é resultado da sociedade em que estava.

Após a história perceber a falha no historicismo e a importância de relacionar com outras áreas do conhecimento, como é o caso da aproximação com a ciências sociais que foi importante para essas mudanças, também se fazia necessário levar essas questões para o ensino da história nas escolas e o livro didático tem esse papel. Foi a partir disso que novos programas curriculares foram feitos e produções de novas obras didáticas com maior utilização de imagens e que essas dialoguem com o texto, a iconografia como fonte histórica, referências dos textos utilizados; atividades que tentem explorar o pensamento do aluno e não apenas de memorizar, como era antes e como está exemplificado nos manuais de estudos sociais do ensino primário dos anos 1973.

Conclusão

A pesquisa apresentada neste artigo, tinha como objetivo analisar o tema da Independência por meio do ensino de História presente nos livros didáticos de Estudos sociais referente ao regime ditatorial brasileiro, em seguida de um propagador do Estado. Como determinado o assunto seria tratado e divulgado com base nas ideologias de quem o fazia. A análise serviu para mostrar como a história política foi utilizada no Brasil não só da Ditadura, mas em todo percurso do ensino de História para criar narrativas e personagens célebres e por esse motivo, sua hegemonia na historiografia durante longas décadas.

Portanto, o uso do livro didático como fonte para esse trabalho foi importante para destrinchar não apenas a relação da historiografia com a finalidade de disseminar as ideias, mas também os outros recursos didáticos que surgem ao decorrer do tempo e quem são relevantes para essa construção de símbolos, como a forma que os capítulos são divididos que já mostram a base política presente, além dos “personagens principais” dessas histórias, a presença ou ausência de imagens e personagens estão colocadas, o modo como o texto, iconografia e atividades estão expostas. Ou seja, toda parte do livro deve ser analisada, já que cada um possui uma finalidade.

REFERÊNCIAS

Fontes:

ARAÚJO, Acrísio Torres. **Sergipe e o Brasil (área: Estudos sociais)**, 4 série. Editora do Brasil S/A. São Paulo. 2 ed. 1973.

----- **História de Sergipe(área: estudos sociais)**, 3 série. Editora do Brasil na Bahia S.A. Salvador, Bahia. 10 ed. 1973

BRASIL. **Lei Nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasil, Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> Acessado em 20 de agosto de 2023.

BRASIL. **Lei Nº5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. Brasil, Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 20 de Agosto de 2023.

BRASIL. **Constituição(1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso dia 09 de out. de 2023.

Obras:

ACORDOS MEC-USAID. **Memórias da Ditadura**. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/saibamais/acordos-mec-usaid/>

ANTONIO, Edna Maria Matos. **Sergipe**. In: Dicionário da Independência do Brasil: História, memória e historiografia. OLIVEIRA, Cecília H. d. Salles; PIMENTA, João Paulo (org). São Paulo: Edusp, 2022

BARROS, C. H. **Ensino de História, memória e história local**. Revista de História da UEG, v. 2, n. 1, p. 301-321, 27 ago. 2013.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e conhecimento histórico: uma História do saber escolar**. Dissertação. USP, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez. . Acesso em: 02 out. 2023. , 2009

BITTENCOURT, Circe. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: O saber Histórico na sala de aula. 9 ed.- São Paulo: Contexto, 2004

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos avançados**, v. 32, p. 127-149, 2018.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BURKE, Peter. **As histórias dos acontecimentos e o renascimento da narrativa**. In: A escrita da História: novas perspectivas. Peter Burke (org.)- São Paulo: Editora Unesp, 1992.

COSTA, R. P. **A história do ensino de história no Brasil da última década**. História & Ensino, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 91–107, 2016. DOI: 10.5433/2238-3018.2016v22n1p91. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/22523>. Acesso em: 29 set. 2023.

FALCON, Francisco. **História e poder**. In: Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.)- 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FONSECA, Thaís Nívia. **História e Ensino de História de Lima e História e Ensino de História**. 2.ed,1 reimp.- Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FONSECA, Thais Nivia. **Ensino de História**. OLIVEIRA, Cecília H. d. Salles; PIMENTA, João Paulo (org). In: Dicionário da Independência do Brasil: História, memória e historiografia. São Paulo: Edusp, 2022

GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)**. Edusc, 2004.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História**. Papyrus Editora, 2014.

LEME, Dulce Maria Pompeo. **O ensino dos estudos sociais no primeiro grau**. São Paulo, 1986.

NADAI, Elza Nadai. **O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista Brasileira de História. São Paulo. v.13, nº 25/26. p-143-162, 1993.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. **A Ditadura Militar e o ensino de História: uma relação conflituosa**. Estação Científica (UNIFAP), Macapá, v.6 nº3, p.29-29; set/dez 2016.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. Os Estudos Sociais e a reforma de ensino de 1º e 2º graus: a “Doutrina do núcleo em comum”. **XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Florianópolis, jul, 2015.** Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439700335_ARQUIVO_OSESTUD_OSSOCIAISEAREFORMADEENSINODE1E2GRAUS.pdf

OLIVEIRA, S. R. F. de; AQUINO, L. F. de. **A Independência do Brasil nos livros didáticos para crianças: uma análise da produção didática entre as décadas de 1970 e 2000**. História & Ensino, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 155–180, 2017. DOI: 10.5433/2238-3018.2017v23n2p155. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/29805>. Acesso em: 29 set. 2023.

OLIVEIRA FILHO, Augusto Almeida de. **A História de Sergipe” de Acrísio Torres Araujo: As representações vinculadas em uma obra singular.** Dissertação. Aracaju: UNIT,2014. Disponível em: <https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/bitstream/handle/set/1055/DISSERTAC%CC%A7O%CC%83ES-A-HISTO%CC%81RIA-DE-SERGIPE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

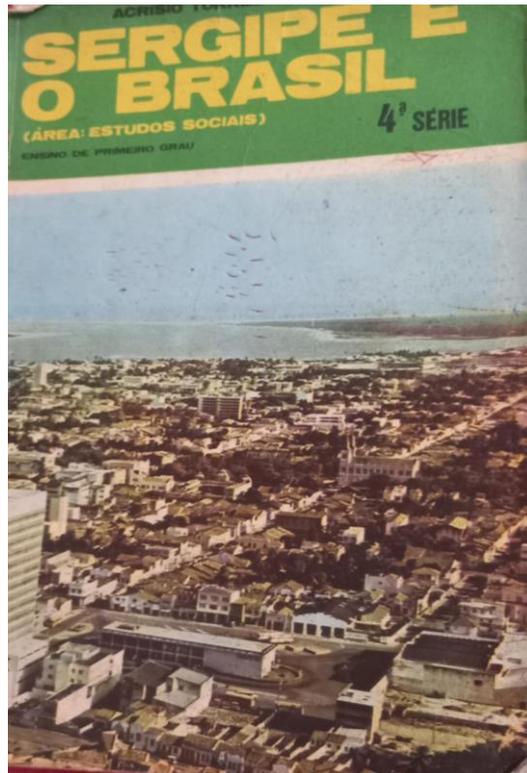
PINA, Fabiana. **O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966 – 1968).** 2011. 187 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/1d86a581-5b3f-4f72-9816-b1a44ce2ee4a>

PINSKY, Jaime. **O ensino de História e a criação do fato.** São Paulo: Contexto, 2009

VIANA, I. **O ensino de História na Ditadura Civil-Militar com a institucionalização dos Estudos Sociais.** Plural, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 9-30, 2014. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.peso.2014.83616. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/83616>. Acesso em: 29 set. 2023.

ANEXOS

Anexo 1: Imagens do Livro “Sergipe e o Brasil”, de 1973



Anexo 2: Livro “História de Sergipe”



Fotos: Acervo pessoal do professor Dr. Claudfranklin Monteiro